



RELATÓRIO E CONTAS 2019



ÍNDICE

MENSAGEM DA GERÊNCIA	2
RELATÓRIO DE GESTÃO 2019	3
INTRODUÇÃO.....	4
ALGUNS INDICADORES.....	6
ENQUADRAMENTO.....	6
A EMPRESA.....	9
ESTRATÉGIA	19
ASPETOS RELEVANTES DO ANO.....	20
GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE	23
RECURSOS HUMANOS	25
CARTEIRA DE ENCOMENDAS/PERSPETIVAS.....	27
GESTÃO DE RISCOS.....	28
ACONTECIMENTOS APÓS ENCERRAMENTO DO PERÍODO	29
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	30
NOTA FINAL.....	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	74

MENSAGEM DA GERÊNCIA

O ano 2019 foi desde sempre um ano de grande expectativas!

Desde logo pelos valores do volume de negócios, que desde 2016 tem vindo sempre a crescer. Mas também pelo crescente volume de obras adjudicadas que tudo fazia crer que o ano 2019 fosse efetivamente um excelente ano.

No entanto, com o decorrer do mesmo, verificámos que esse objetivo não iria ser cumprido. Não por impedimentos internos, mas sim por situações externas à própria empresa.

Assistiu-se durante o ano 2019 ao aumento do prazo entre a adjudicação das empreitadas e o seu início efetivo. Desta nota já tínhamos dado conta no ano anterior, mas foi mais notória no presente ano de 2019.

Assim, o ano 2019 revelou uma atividade idêntica ao ano 2018, mas com fortes expectativas que o acréscimo significativo do volume de negócios ocorra em 2020.

No entanto, uma palavra para o período em que a empresa, o País e o Mundo atravessa no momento em que elaboramos este relatório, de pandemia devido à Covid-19 e de estado de emergência em Portugal. No momento atual, não é possível estimar o impacto na atividade da empresa, podendo apenas informar que implementámos os planos de contingência para que esse impacto seja o menor possível.

Relatório de Gestão 2019

António Saraiva & Filhos, Lda



ALTERAÇÃO AO EDIFÍCIO DO CINETEATRO DE ALTER DO CHÃO

INTRODUÇÃO

Em 2019 o Produto Interno Bruto (PIB) Português aumento 2,2% em volume, menos 0,4 pontos percentuais que no ano anterior. Para este indicador contribuiu negativamente, quer a procura externa, quer a procura interna, ambos com evoluções negativas.

Em termos nominais, o PIB aumentou 3,9%, tendo atingido o valor de 212,3 mil milhões de euros, segundo as contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares publicadas pelo INE a 28/02/2020.

Relativamente ao mercado das obras Públicas em Portugal, no ano 2019, e de acordo com os números divulgados pela AICCOPN, foram promovidos ao longo do ano 2019 o valor de 3.992 milhões de euros em concursos públicos de empreitadas.

Este valor resulta num aumento de 50% relativamente ao ano anterior. No entanto este valor não pode ser dissociado do valor dos concursos públicos contratados efetivamente em 2019, que se situou nos 1.847 milhões de euros, o que representa apenas 46% do valor dos concursos promovidos.

Em continuidade com o que já tínhamos referido em 2018, continua a existir um enorme diferencial entre o valor dos concursos promovidos e os contratados, refletindo-se no aumento do período de tempo que medeia entre a promoção do concurso e a sua efetivação. Se a este prazo somarmos o início efetivo das obras temos um período demasiado longo, com todos os impactos que daí advém.

Em resumo, apesar do crescimento significativo dos concursos promovidos, o total de contratos celebrados (concursos públicos, ajustes diretos e outros contratos) apenas tiveram um crescimento de 17% em comparação com o ano 2018.

No entanto e como já foi referido e poderá ser inferido dos números apresentados pela António Saraiva & Filhos, Lda o volume de negócios da empresa em 2019 manteve-se ao nível dos apresentados em 2018, muito por culpa da demora no início dos trabalhos das obras já adjudicadas.

Ainda de referir que apesar do aumento do número e do valor de obras adjudicadas e do atraso do início das obras também já referido a António Saraiva & Filhos, Lda não tem obras em atraso (de execução). Temos sim, obras que devido ao atraso do dono de obra já permitem a solicitação de indemnizações legais por paragem das mesmas.

ALGUNS INDICADORES

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Variação 2018/2019
Vendas e prestação de serviços	11 680 353,30	11 243 992,45	7 597 174,39	11 705 818,36	13 165 595,52	13 088 367,33	-0,6%
Nº Trabalhadores	115	103	101	114	121	126	4,4%
EBITDA	465 314,47	633 737,12	258 904,60	553 019,97	643 340,60	726 223,58	12,9%
EBITDA/Vol. Negócios	4,0%	5,6%	3,4%	4,7%	4,9%	5,5%	13,5%
EBIT	225 402,57	359 239,02	3 921,95	301 234,28	394 809,67	411 912,63	4,3%
EBIT/Vol. Negócios	1,9%	3,2%	0,1%	2,6%	3,0%	3,1%	4,9%
Ativos não corrente	2 015 155,73	2 289 279,55	2 325 901,26	2 541 936,04	3 321 666,43	3 320 814,84	0,0%
Total capital próprio	3 767 215,09	3 961 658,07	3 715 388,69	3 781 659,07	3 757 280,45	3 856 478,01	2,6%
Resultados Líquidos	-21 921,38	194 442,98	-146 269,38	66 270,38	215 037,41	164 914,98	-23,3%



CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ATOUGUIA DA BALEIA

ENQUADRAMENTO

Apesar do enquadramento macroeconómico ter sido positivo, o ano 2019 para a António Saraiva & Filhos, Lda revelou uma manutenção dos seus valores do volume de negócios, contrariamente ao perspectivado em 2018.

No entanto, o valor dos contratos adjudicados no final de 2019, comparativamente com 2018 mostram um aumento significativo, de 30%, superando a barreira dos 30 milhões de euros.



Apesar da manutenção do volume de negócios, apresentamos um aumento dos valores do EBITDA, fruto de uma redução dos valores dos subempreiteiros, dos outros gastos e a um aumento da variação dos inventários da produção.

Estes números revelam que o aumento do volume de negócios foi adiado, muito possivelmente para o ano 2020. No entanto e face aos sinais do início de pandemia temos de ter alguma cautela quanto à evolução do volume de negócios para o ano 2020.

Com a incerteza trazida pelo Covid-19, apenas podemos afirmar que a António Saraiva & Filhos, Lda está preparada para a execução das obras que já tem adjudicadas e que tal perspetiva uma favorável evolução do volume de negócios e também uma evolução favorável nos resultados da empresa.

Se a escassez de mão-de-obra tem assolado as empresas de obras públicas nos dois últimos anos, estima-se que com a crise que se avizinha esse possa vir a ser um problema menor ao longo de 2020. Este efeito poderá ter uma repercussão positiva em dois indicadores para 2020. A possibilidade de contratação de mais mão de obra própria que tem faltado nos últimos anos, mas também uma diminuição dos valores propostos por parte dos subempreiteiros que poderá ter impacto positivo nas contas da empresa.



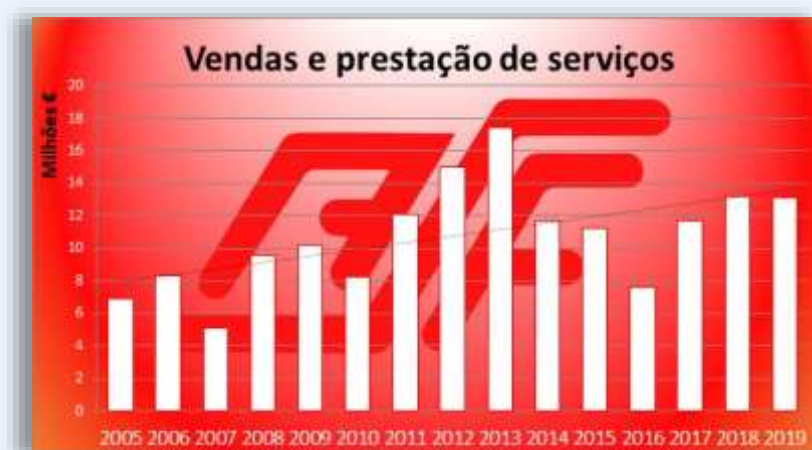
CASA DA CIDADANIA - SALGUEIRO MAIA (DRCA) CASTELO DE VIDE

A EMPRESA

VOLUME DE NEGÓCIOS

O ano 2019 fechou com um volume de negócios de 13.088.367,33 euros, valor muito idêntico ao registado no ano 2018 (13.165.595,52 euros).

Não obstante o atraso no início dos trabalhos, das obras já adjudicadas e o ano teria apresentado um volume de negócios bem superior.



Analisando com cuidado a evolução do volume de negócios mensal, podemos afirmar que os meses de mais fraca faturação foram os de agosto e setembro, contrariando uma tendência histórica de que os meses de verão eram os meses fortes de faturação.

Esta situação foi provocada pelo atraso no início de várias obras já adjudicadas, mas que por diversas razões o dono de obra solicitou o seu adiamento.

Esta situação teve impacto nos resultados da própria empresa que estava preparada para volume de faturação superiores a 1,25 Milhão euros por mês e que na verdade não puderam ser atingidos.

NÚMERO DE TRABALHADORES

A empresa apresenta em 2019 uma média de 126 funcionários. No final do ano registava um valor superior à média, ou seja, 136 funcionários, registando um aumento de 4%, relativamente ao ano anterior.

O ano 2019 regista o maior número de funcionários dos últimos 5 anos.

Tal como já tem vindo a ser reportado em anos anteriores, continua a manifestar-se a dificuldade de contratação de mão-de-obra para o setor da construção civil, muito por culpa da sua escassez fruto de uma emigração de valores elevados.

Esta dificuldade em novas contratações de pessoal jovem vem aumentar a idade média dos funcionários, dificultando o seu rejuvenescimento. No entanto, é de realçar o empenho da empresa em contratação de pessoal qualificado junto dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da região (Instituto Politécnico da Guarda), nomeadamente com a aprovação de vários estágios profissionais e posterior integração nos quadros da empresa.

Por outro lado, relativamente a trabalhadores indiferenciados, temos em curso um programa para contratação de pessoal no Estrangeiro. Foram já estabelecidos contactos com as autoridades locais para a contratação de mão-de-obra estrangeira.

A dificuldade apresentada, não reside apenas em angariar trabalhadores para a própria empresa, mas também na contratação de mão-de-obra especializada (subempreitadas).

O aumento do número de funcionários implica uma diminuição do risco da dependência desses mesmos subempreiteiros, permitindo à empresa cumprir com os prazos e as exigências dos donos de obra, através do recurso a meios próprios.



Analisando a evolução do número de trabalhadores por meses, verificamos que os meses com maior número de funcionários foi entre julho e dezembro. O fim do ano apresenta um valor superior ao número médio de trabalhadores.

Comparando o início do ano e o fim verificamos que se regista o aumento líquido de dezasseis trabalhadores.



RESULTADOS LÍQUIDOS

Os Resultados Líquidos do ano 2019 foram positivos, no valor de 164.914,98 euros.

Comparativamente com o ano 2018, verificamos uma diminuição no valor de 50.122,43 euros.

O ano 2019 manteve a evolução favorável que já se tinha registado no ano anterior.



EDITDA

Em 2019, o valor do EBITDA fixou-se nos 726.223,58 euros, registando um crescimento face ao ano anterior de 82.882,98 euros, que se traduz numa percentagem de 13%.

O gráfico da evolução do EBITDA, mostra a redução das margens no mercado da construção resultantes da crise que o setor enfrentou nos últimos anos. No entanto, de realçar que o valor do ano 2019 já é o melhor dos últimos 6 anos.



Da análise do indicador do EBITDA / Volume de negócios verificamos que o ano 2019 foi de alguma recuperação, situando-se este indicador nos 5,5% do volume de negócios, contrastando com o anterior valor de 4,9% em 2018.

Verificamos que os anos recentes apresentam percentagens bem mais baixas, que em anos mais distantes, como sejam 2009 e 2010, em que a margem rondou os 10%.



EBIT

Relativamente ao EBIT, no ano em análise fixou-se nos 411.912,63 euros, revelando um crescimento de 17.102,96 euros comparativamente ao ano de 2018.

Podemos verificar que o EBIT do ano 2019 é o valor mais elevado dos últimos seis anos, bem acima da média que se situa nos 318.306,70 euros.



Comparando o EBIT em função do volume de negócios, verificamos que a média da última década é de 2,56%, tendo o valor de 2019 sido de 3,1%.

Regista-se assim, que a empresa volta a apresentar valores acima dos valores médios apresentados nos últimos anos.



ATIVO NÃO CORRENTE

O Ativo Não Corrente, em 2019 registou uma pequena diminuição no valor de 851,59 euros.

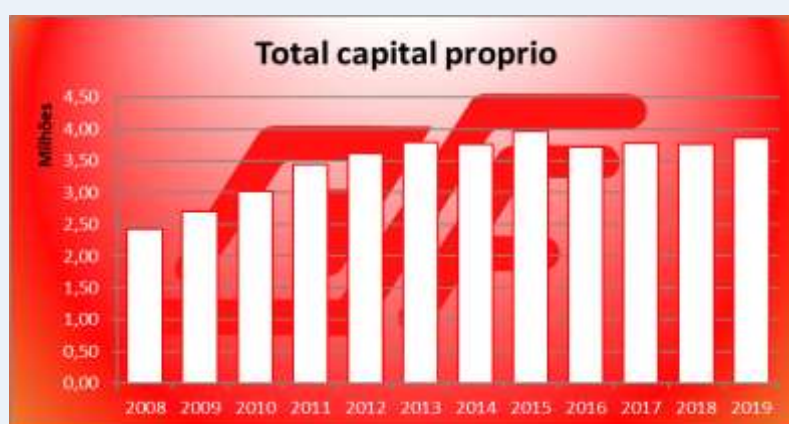


De realçar que em 2019 foram constituídas imparidades relativamente à participação e empréstimos efetuadas à empresa 3 Vias – Engenharia e Construção Lda, empresa de direito Angolano.

De realçar que os valores apresentados em 2018 e 2019 são os mais elevados de sempre, fruto de uma política de investimento em ativos fixos iniciada em 2018.

CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio regista variações ligeiras ao longo dos últimos anos. A empresa não tem adotado políticas de distribuição de resultados sendo que os resultados do período têm sido incorporados maioritariamente em resultados transitados.



O Capital Próprio da António Saraiva & Filhos, Lda a 31 de dezembro 2019 fixou-se nos 3.856.478,01 euros.

FINANCIAMENTOS

O valor global dos financiamentos fixou-se no ano 2019 nos 5.296.457,64 euros. Este valor traduz uma aumento de mais de 847.517,62 euros, comparativamente com o ano anterior.



Relativamente ao indicador de “net debt” assistimos este ano a um aumento de 1.639.499,84 euros, situando-se nos 4.501.663,09 euros.



Estabelecendo a relação entre este indicador e o EBITDA, verificamos que esse indicador foi de 6,20 contrastando com 4,45 registado no ano anterior.

PRAZOS MÉDIOS

Relativamente ao prazo médio de pagamento registou-se uma descida, tendo-se verificado um aumento no prazo médio de recebimentos.

No lado dos pagamentos, o valor registado em 2019 foi de 80 dias, registando uma redução, comparativamente com o ano 2018 (90 dias).

Em 2019 o prazo médio de recebimentos fixou-se nos 105 dias, valor superior ao registado em 2018 (96 dias).



AUTONOMIA FINANCEIRA

O indicador de autonomia financeira no ano 2019 registou o valor de 29,8%, tendo apresentado uma ligeira redução relativamente a 2018, que foi de 31,1%.



LIQUIDEZ GERAL

A liquidez geral em 2019 apresenta uma ligeira subida relativamente ao ano anterior, registando um valor de 1,29. O valor de 2018 foi de 1,27.

Este indicador foi influenciado pelo aumento de 847.481,73 euros nos ativos correntes, contrastando com um aumento de apenas 540.415,78 euros nos passivos correntes.

O aumento no ativo teve como maior responsável o aumento da rubrica de outros créditos a receber, com um valor superior a um milhão de euros.

Relativamente ao passivo, o fator impulsionador desse aumento foi o valor dos financiamentos, com um aumento de 847,5 milhares de euros.



A recuperação deste indicador pressupõe uma política de transferência de dívida de curto prazo, para médio e longo prazo.



REFORÇO DA ADUÇÃO A CASTRO VERDE

ESTRATÉGIA

A António Saraiva & Filhos, Lda durante o ano 2019 consolidou a sua estratégia de crescimento em três aspetos importantes:

- 1 – A nível interno, a empresa dotou-se de competências para a execução de todas as obras que lhe foram adjudicadas e que nesta fase representa o valor mais elevado de sempre.
- 2 – Consolidou a sua expansão para Sul, sendo que as obras a sul do Tejo já representam 40% do total em carteira. Tendo em contas as margens apresentadas até ao momento, revela-se um mercado bastante atraente.
- 3 – Consolidação da estratégia de internacionalização com a assinatura de contrato com empresa Tailandesa (ITD – Italian-Thai Development Public Company Limited) para execução de obras no continente Africano que ronda os 9 milhões de dólares.

Assim, apesar de o ano 2019 ter sido bastante consistente com o ano anterior, foram cimentadas as bases para um futuro que poderá trazer um acréscimo significativo de atividade.

Esta confiança resulta da análise da evolução das obras adjudicadas que conforme já foi referido tem sofrido um crescimento sustentável e significativo.

Este crescimento contempla as obras a executar no território nacional, pelo que para termos a dimensão da empresa no seu todo, teremos de somar mais 9 milhões de dólares no ano 2019, a executar nos próximos 2 anos, conforme referido no ponto 3.

Por fim, de realçar o aumento do EBITDA que voltou para níveis idênticos aos apresentados em 2013 e 2015 (cerca de 6%), antes da crise, e o valor do EBIT que se situou nos 3%, valor idêntico ao ano de 2018.

ASPETOS RELEVANTES DO ANO

Os indicadores do ano 2019 indicam ter sido um ano de consolidação da atividade da empresa. Existiu uma ligeira descida do volume de negócios (-0,6%), o aumento do EBITDA (+12,9%), do EBIT (+4,3%).

Para além dos indicadores já alcançados, o ano de 2019 também revela excelentes valores para 2020, com um valor de obras em carteira mais elevado de sempre, o que potencia uma evolução positiva para os anos de 2020 e 2021.

Estes indicadores conferem estabilidade permitindo à empresa estabelecer estratégias de curto, mas essencialmente de médio prazo, com maiores garantias de sucesso.

Com a estabilidade atrás mencionada, é possível estabelecer políticas que levam ao aumento das margens praticadas pela empresa, mesmo contrariando as dificuldades de contratação de mão-de-obra (interna ou subcontratada). É possível um posicionamento diferente face à concorrência e face ao mercado da construção.

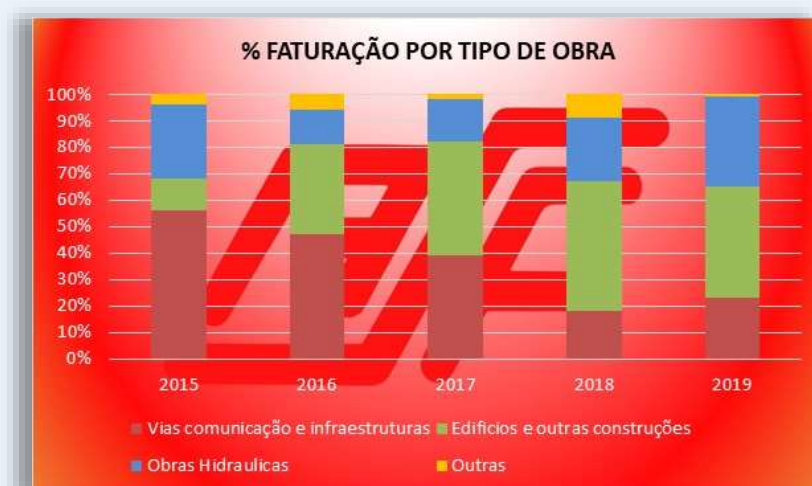
A quebra esperada no mercado privado, fruto da pandemia que atingiu o Mundo em 2020 levará tendencialmente a uma redução dos valores praticados pela mão de obra, que ajudarão no aumento das margens das empresas de construção.

As obras executadas e a qualidade do trabalho apresentado, permitem à empresa uma continuidade na sua política de imagem junto dos donos de obra.

No ano de 2019 manteve-se o acesso da empresa às redes sociais, permitindo uma melhor interação com o mundo envolvente, valorizando assim a imagem da empresa tornando-a visível a todos os seus utilizadores.

Relativamente à atividade da empresa registamos no quadro abaixo um crescimento da atividade nas obras hidráulicas (águas) e vias de comunicação e infraestruturas, contrastando com uma ligeira redução do peso das obras de edifícios e outras construções no total da atividade da empresa.

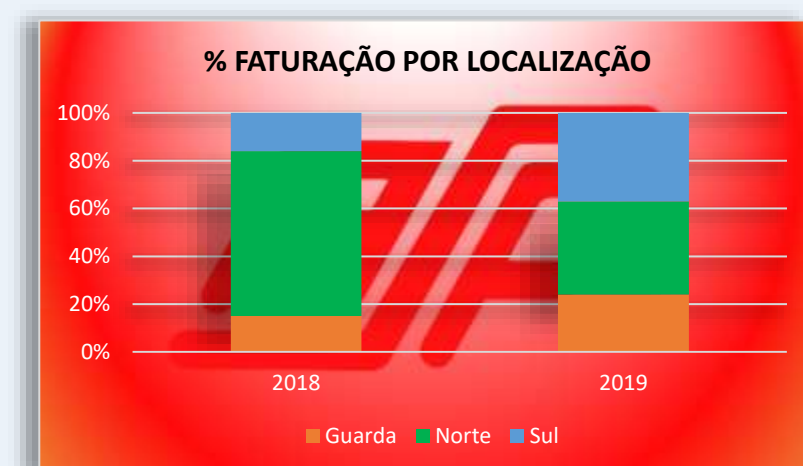
	2015	2016	2017	2018	2019
Vias comunicação e infraestruturas	56%	47%	39%	18%	23%
Edifícios e outras construções	12%	34%	43%	49%	42%
Obras Hidraulicas	28%	13%	16%	24%	34%
Outras	4%	6%	2%	9%	1%



Como pode ser observado, o peso das vias de comunicação tem vindo a reduzir nos últimos anos, contrastando com o aumento dos edifícios e outras construções. No ano 2019 o maior aumento surge nas obras de águas.

Relativamente à localização das obras, assistiu-se em 2019 a uma maior uniformidade na distribuição das obras, entre as três vertentes comparadas, a saber – Guarda, Norte e Sul.

O peso da atividade no distrito da Guarda passou de 15% para 24%, tendo maior aumento sido registado na zona sul do País, que passou dos 16% para 37% da atividade da empresa.



Com a análise das obras em carteira, é expectável que o mercado a sul do Tejo continue a ter uma percentagem razoável do nosso volume de negócios.



PARQUE DE ANADIA (CONSÓRCIO NIVEL 20)

GESTÃO DA QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

QUALIDADE

A António Saraiva & Filhos, Lda, continua a apostar na garantia das exigências a nível da Qualidade, quer ao nível do serviço, quer ao nível dos produtos.

No ano 2019 garantimos a manutenção da Adaptação Auditoria da ISSO 9001:2008, e a continuidade das marcações CE dos agregados da pedreira e das misturas betuminosas.

Todas as Auditorias foram aprovadas por uma Entidade Certificada.

No ano de 2019 não houve qualquer registo de reclamação ou devoluções.

AMBIENTE

Em 2019 a empresa continua a sua atividade de recolha e tratamento de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), previamente licenciados pelas entidades oficiais.

Continuou-se a melhorar o desempenho ambiental da empresa pela separação e gestão legal dos resíduos.

No ano em análise, continua em vigor o Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, provando a consciencialização da empresa perante a temática ambiental.

Para 2020, prevê-se um investimento superior na área ambiental, nomeadamente dotando a empresa de melhores condições para a recolha e valorização dos resíduos.

SEGURANÇA

No ano de 2019, tal como no ano anterior, não se verificou qualquer acidente grave ou muito grave.

Para garantir eventuais acontecimentos, continua em vigor o seguro de acidente de trabalho cobrindo todos os trabalhadores da empresa.

A empresa proporciona a todos os seus trabalhadores Equipamento de Proteção Individual (EPI's) de forma a proporcionar melhores condições de trabalho.

Relativamente ao número de horas perdidas em consequência de acidentes de trabalho, o ano 2019 registou um ligeiríssimo aumento no número total de horas que passou de 2.084,80 para 2.178,94 horas.

No entanto, se considerarmos a média do número de horas perdidas por acidentes de trabalho, em função do número de funcionários, temos que esse valor se manteve nas 17 horas por funcionário, conforme se pode verificar no gráfico em baixo.



Em continuidade com as políticas adotadas em anos anteriores, a empresa continua a apostar na formação contínua dos seus trabalhadores.

Ao nível da medicina no trabalho, continuamos a privilegiar a contratação de serviços externos à empresa, para a realização de todos os exames necessários e exigíveis.

RECURSOS HUMANOS

Comparando dezembro 2018 com dezembro 2019, temos um aumento de dezassete trabalhadores, ou seja, em dezembro de 2019 registámos 136 trabalhadores, contra 119 em dezembro 2018.

Em termos médios, o ano 2019 regista uma média de 126 trabalhadores, contra 121 de 2018.

Assistimos assim a um aumento do número de trabalhadores a partir do mês de julho em crescendo até dezembro de 2019, atingindo-se neste mês o máximo de 136 trabalhadores.

Relativamente à distribuição dos funcionários, por idades, temos uma evolução, embora muito ténue no aumento do número de trabalhadores com menos de 30 anos e uma redução da mesma proporção nas idades entre 40 e 50 anos, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Idade em anos	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Mais de 50	27%	26%	33%	36%	39%	41%	41%
Entre 40 e 50	26%	30%	34%	34%	33%	29%	28%
Entre 30 e 40	35%	32%	23%	26%	18%	22%	22%
Menos de 30	12%	12%	9%	5%	10%	8%	9%

Relativamente ao número de trabalhadores, por escalões de antiguidade, registámos em 2019 os seguintes valores, que se estabelece comparação com os anos anteriores.



As variações mais relevantes foram a redução de 4 trabalhadores com mais de 5 anos de casa e o aumento de 13 pessoas com menos de 1 ano de antiguidade, fruto como já foi falado do aumento do número de funcionários que se registou durante todo o ano de 2019, mas mais acentuadamente nos últimos meses do referido ano.

CARTEIRA DE ENCOMENDAS/PERSPETIVAS

O volume de negócios em carteira, no final do ano 2019, situa-se acima dos 30 milhões de euros, o que perspetiva um futuro promissor.

Um pouco aquém das perspetivas traçadas no ano anterior, o ano de 2019 foi, contudo, um ano positivo. O valor dos 15 milhões de euros previsto não foi atingido, motivado pelo atraso no início de obras já adjudicadas.

Esta situação, apesar de não ser novidade, não é controlada pela empresa. No entanto permite-nos perspetivar que o ano 2020 seja um ano melhor que o ano 2019.

Pelo menos é a nossa expectativa. Conforme se pode verificar no gráfico em baixo, que compara a evolução do volume de negócios, com o valor total das obras adjudicadas no final de cada ano, a tendência é que os valores da atividade em 2020 terão de ser superiores. E a empresa está preparada para esse aumento, já desde 2019!



Melhor, não só em termos de faturação, mas também em termos de resultados e respetivas margens. Com provas disso, temos os primeiros meses de 2020 que se apresentam como os melhores dos últimos 6 anos.

GESTÃO DE RISCOS

Todo e qualquer negócio está sujeito aos mais variados riscos. Há variáveis que não são controladas pelas empresas e que geram os mais diversos riscos. As empresas procuram minimizar os riscos, minimizando assim os seus efeitos potenciais.

No que respeita ao mercado e preços, as alterações em perspectiva vão no bom sentido, pelo que a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de oscilações nos preços de venda ou de inexistência de procura, é reduzida.

No que diz respeito ao volume de negócios em carteira, de obras já adjudicadas, a 31 de dezembro de 2019, podemos afirmar com alguma cautela, que os próximos 2 anos se encontram desde já assegurados, mantendo o risco de continuidade em valores muito baixos.

O risco de crédito, sendo comum à generalidade dos negócios, é uma fonte de preocupação por excelência num sector fragilizado por muitos anos de quebra de produção. A cobrança dos créditos pelos fornecimentos gera riscos que têm que ser mitigados por uma política persistente de cobrança e constituição de imparidades logo que atribuída probabilidade forte a esses riscos.

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital próprio decorrente da incapacidade da entidade dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

Quanto aos riscos financeiros, a António Saraiva & Filhos, Lda está sujeita à variação das taxas de juro. No ano 2019 não existiram variações significativas nas taxas de juro.

O histórico da Empresa é de resultados predominantemente positivos e de taxas de crescimento apreciáveis. O nível de resultados acumulados proporcionou uma autonomia financeira invejável que permite à António Saraiva & Filhos, Lda. avaliar o risco de liquidez de forma minimamente confortável. A robustez da estrutura financeira permite também acalentar um desempenho futuro muito favorável, a este nível, com a melhoria do ambiente económico em geral e, em particular, da expansão do mercado que se avizinha.

ACONTECIMENTOS APÓS ENCERRAMENTO DO PERÍODO

Após o encerramento das contas, existe um acontecimento relevante que merece o destaque nesta rúbrica.

Surgiu no início de 2020 a nível mundial, uma epidemia provocada pelo coronavírus, tendo a Organização Mundial da Saúde classificado o surto do Covid-19 como uma Pandemia em 11 de março de 2020.

Em consequência, em Portugal foi declarado o Estado de Emergência a 18 de março de 2020.

Esta situação tem repercussões significativas tanto a nível social como económico gerando um elevado grau de incerteza para empresas e entidades.

No entanto, até à data da publicação deste Relatório, não existem constrangimentos na atividade da empresa que mereçam o seu destaque.

A empresa elaborou e executou os seus planos de contingência e continua a monitorizar todos os acontecimentos e possíveis impactos.



REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DA SOCIEDADE FILARMÓNICA VEIRENSE (ESTREMOZ)

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

António Saraiva & Filhos, Lda na continuidade de anos anteriores, continua com a política de estimular a autonomia financeira através do reforço de capitais próprios.

O Resultado Líquido do Exercício do ano 2019 fixou-se nos 164.914,98 euros, tendo a gerência da empresa proposto à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- Reserva especial de lucros retidos e reinvestidos (DLRR): 76.719,80€
- Resultados transitados: 88.195,18€



RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO DA OFICINA DA CRIANÇA - ALCÁCER DO SAL

NOTA FINAL

Apesar de o ano 2019 não ter correspondido às expetativas, não podemos deixar de realçar os aspetos positivos deste ano.

Este ano revela-se de especial importância na parte em que foram criadas as bases para que em 2020 possamos melhorar os nossos resultados.

A empresa está melhor preparada para enfrentar o futuro.

No entanto uma palavra para o atual momento que se vive em todo o Mundo, relativamente à Pandemia provocada pelo vírus Covid-19.

Até ao presente momento o impacto não é significativo na vida da empresa. No entanto as incertezas são muitas e as necessidades de adaptação às novas realidades são uma realidade constante.

Teremos de estar vigilantes e atentos, para nos adaptarmos a qualquer situação que daí possa advir e agir suficientemente rápidos para não sermos apanhados desprevenidos.

Uma palavra especial para todos aqueles que nos têm acompanhado e que permitiram mais um ano positivo para a António Saraiva & Filhos, Lda.

Guarda, 30 de Abril 2020



Davide Tomé Saraiva



Sérgio Braz Saraiva

Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio



EXECUÇÃO DE ARMAZÉM NA PLIE DA GUARDA (D-LOG)



ANT3NIO SARAIVA & FILHOS, LDA

P3g. 1

Balanço em 31 de dezembro de 2019

Unidade Monet3ria: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31/12/2019	31/12/2018
<u>Activo</u>			
<u>Activo Não Corrente:</u>			
Activos Fixos Tangíveis	7	2 559 918,29	2 501 059,42
Propriedades de Investimento	9	94 772,89	94 772,89
Outros Investimentos Financeiros	19	388 044,42	471 364,17
Activos por Impostos Diferidos	18	278 079,24	254 469,95
<u>Total Activo Não Corrente:</u>		3 320 814,84	3 321 666,43
<u>Activo Corrente:</u>			
Inventários	12	978 192,47	599 319,79
Clientes	19	4 244 741,11	4 291 886,84
Estado e Outros Entes Públicos	21	324 668,55	33 272,02
Outros Créditos a Receber	19	3 250 271,83	2 228 772,98
Diferimentos	21	26 279,81	31 375,82
Activos Financeiros Detidos para Negociação	19	473,74	536,11
Caixa e Depósitos Bancários	4	794 794,55	1 586 776,77
<u>Total Activo Corrente:</u>		9 619 422,06	8 771 940,33
<u>Total do Activo:</u>		12 940 236,90	12 093 606,76
<u>Capital Próprio e Passivo</u>			
<u>Capital Próprio:</u>			
Capital Subscrito	21	615 000,00	615 000,00
Reservas Legais	21	154 256,39	154 256,39
Outras Reservas	21	431 192,45	394 800,42
Resultados Transitados	21	2 491 114,19	2 378 186,23
Sub-Total:		3 691 563,03	3 542 243,04
Resultado Líquido do Período	21	164 914,98	215 037,41
<u>Total do Capital Próprio:</u>		3 856 478,01	3 757 280,45
<u>Passivo:</u>			
<u>Passivo Não Corrente:</u>			
Provisões	16	15 970,93	0,00
Financiamentos Obtidos	19	1 611 822,07	1 420 776,20
<u>Total Passivo Não Corrente:</u>		1 627 793,00	1 420 776,20
<u>Passivo Corrente:</u>			
Fornecedores	19	3 111 254,93	3 453 728,36
Adiantamentos de Clientes		105 000,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	21	102 320,29	81 301,25
Financiamentos Obtidos	19	3 684 635,57	3 028 163,82
Outras Dividas a Pagar	19	451 146,20	352 356,62
Diferimentos	21	1 608,90	0,06
<u>Total Passivo Corrente:</u>		7 455 965,89	6 915 550,11
<u>Total do Passivo</u>		9 083 758,89	8 336 326,31
<u>Total do Capital Próprio e do Passivo</u>		12 940 236,90	12 093 606,76

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GER3NCIA



ANTÔNIO SARAIVA & FILHOS, LDA

Demonstração de Resultados

31 de dezembro de 2019

Pág. 1

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2019	31/12/2018
Vendas e serviços prestados	14	13 088 367,33	13 165 595,52
Subsídios à exploração	15	12 421,11	1 248,52
Variação nos inventários da produção	12	392 367,16	211 533,85
Trabalhos para a própria entidade	7	14 730,53	44 946,54
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2 825 562,65	-2 183 916,77
Fornecimentos e serviços externos	21	-7 602 897,40	-8 432 680,63
Gastos com o pessoal	20	-2 232 409,51	-2 015 445,18
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	-93 883,69	-11 563,90
Provisões (aumentos/reduções)	16	-15 970,93	-99,28
Aumentos/reduções de justo valor	19	-62,37	0,00
Outros rendimentos	21	65 038,05	92 789,59
Outros gastos	21	-75 914,05	-229 067,66
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		726 223,58	643 340,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-314 310,95	-248 530,93
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):		411 912,63	394 809,67
Juros e rendimentos similares obtidos	19	2 061,98	5 120,29
Juros e gastos similares suportados	19	-253 995,31	-236 702,98
Resultado antes de imposto:		159 979,30	163 226,98
Imposto sobre o rendimento do período	18	4 935,68	51 810,43
Resultado líquido do período:		164 914,98	215 037,41

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de dezembro de 2019

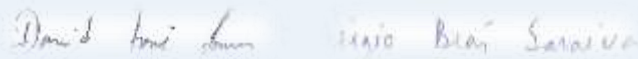
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODO	
			31/12/2019	31/12/2018
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - Método Directo</u>				
+	Recebimentos de Clientes	21	12 619 837,79	15 086 338,93
-	Pagamentos a fornecedores	21	11 246 845,39	11 234 470,24
-	Pagamentos ao Pessoal	21	1 948 975,17	1 778 562,40
Caixa gerada pelas operações:			-575 982,77	2 073 306,29
- / +	Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento	21	-23 276,30	-30 442,84
+ / -	Outros Recebimentos/Pagamentos	21	-100 163,72	-429 145,39
Fluxos de caixa das Actividades Operacionais (1):			-699 422,79	1 613 718,06
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
-	Activos fixos tangíveis	21	173 042,55	123 177,39
-	Investimentos financeiros	21	3 010,00	869 258,41
-	Outros activos	21	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
+	Activos fixos tangíveis	21	0,00	23 426,19
+	Investimentos financeiros	21	862 165,38	107 074,63
+	Outros activos	21	1 298,04	0,00
+	Juros e rendimentos similares	21	0,00	566,17
+	Dividendos	21	0,74	0,00
Fluxos de Caixa das Actividades de investimento (2):			687 411,61	-861 368,81
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
+	Financiamentos obtidos	21	6 342 548,07	3 878 167,00
+	Outras operações de financiamento	21	2 321,71	3 143,71
Pagamentos respeitantes a:				
-	Financiamentos obtidos	21	5 872 028,84	4 614 428,08
-	Juros e gastos similares	21	124 204,69	126 651,96
-	Outras operações de financiamento	21	127 002,57	131 612,31
-	Pagamento de leasings	21	165 550,15	183 726,62
Fluxos de Caixa das Actividades de financiamento (3):			56 083,53	-1 175 108,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			44 072,35	-422 759,01
Efeitos das diferenças de câmbio		21	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			654 685,86	1 077 444,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período			698 758,21	654 685,86
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)			44 072,35	-422 759,01

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA





ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	615 000,00	154 256,39	390 095,06	2 556 037,24	0,00	0,00	0,00	66 270,38	3 781 659,07	0,00	3 781 659,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	21			4 705,36	(177 851,01)				(66 270,38)	(239 416,03)		(239 416,03)
	21			4 705,36	(177 851,01)				(66 270,38)	(239 416,03)		(239 416,03)
	2	0,00	0,00	4 705,36	(177 851,01)	0,00	0,00	0,00	(66 270,38)	(239 416,03)	0,00	(239 416,03)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								215 037,41	215 037,41		215 037,41
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								148 767,03	(24 378,62)		(24 378,62)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	615 000,00	154 256,39	394 800,42	2 378 186,23	0,00	0,00	0,00	215 037,41	3 757 280,45		3 757 280,45

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa									interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	615 000,00	154 256,39	394 800,42	2 378 186,23	0,00	0,00	0,00	215 037,41	3 757 280,45	0,00	3 757 280,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstração financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	24			36 392,03	112 927,96				(215 037,41)	(65 717,42)		(65 717,42)
	24			36 392,03	112 927,96				(215 037,41)	(65 717,42)		(65 717,42)
	2	0,00	0,00	36 392,03	112 927,96	0,00	0,00	0,00	(215 037,41)	(65 717,42)	0,00	(65 717,42)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								164 914,98	164 914,98		164 914,98
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								(50 122,43)	99 197,56		99 197,56
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	615 000,00	154 256,39	431 192,45	2 491 114,19	0,00	0,00	0,00	164 914,98	3 856 478,01		3 856 478,01

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Assinatura]

A GERÊNCIA

[Assinatura]

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 01 Janeiro 2019 a 31 Dezembro 2019



AMPLIAÇÃO DA UNIDADE CUIDADOS CONTINUADOS DE ALTER DO CHÃO

1. Identificação da entidade e período de relato

1.1. Designação da entidade

A António Saraiva & Filhos, Lda é uma sociedade comercial constituída em 7 de novembro de 1968.

1.2. Sede

Tem a sua sede na Pedreira do piornal, EN16, 6300-035 Arrifana, tem o número de pessoa coletiva e de matrícula no Registo Nacional de Pessoas Coletivas com o número 500 563 993.

1.3. Natureza da atividade

A António Saraiva & Filhos, Lda dedica-se à atividade de obras públicas, tendo como acessória a atividade de exploração de pedreira.

a) Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

O período abrangido pelas demonstrações financeiras é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- i) Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto;
- ii) Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, que revoga a Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- iii) Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, que revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- iv) Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Concetual);
- v) Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- vi) Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho, que revoga o Aviso n.º 15653, de 7 de setembro (Normas Interpretativas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas

Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, nos pressupostos da continuidade de operações da Empresa e do regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos Na Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentados em conformidade com o modelo resultante dos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respetivas depreciações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis em curso encontram-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a Empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	8 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	8 a 20 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Locações (NCRF 9)

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se tal não acontecer.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, numa base linear, durante o período de vigência do contrato.

Custos de Empréstimos Obtidos (NCRF 10)

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desse ativo, até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas e quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Propriedades de Investimento (NCRF 11)

São qualificados em propriedades de investimento os terrenos ou edifícios (ou parte deles) detidos com o objetivo de obter rendas ou para valorização do capital investido, ou para ambos os fins, e não para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, adicionado dos custos diretamente atribuíveis, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Nos casos de propriedades de investimento de construção própria, são mensuradas pelo custo à data em que a construção fique concluída.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante os anos de vida útil estimados.

As transferências para, ou de, propriedades de investimento ocorrem quando se verificar uma alteração na utilização dos ativos.

Os gastos incorridos (manutenção, reparação, seguros, impostos e outros), a par dos rendimentos obtidos (rendas), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

Imparidade de Ativos (NCRF 12)

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Contratos de Construção (NCRF 19)

Um contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo.

Os custos do contrato compreendem: i) os custos que se relacionam diretamente com o contrato específico; ii) os custos atribuíveis à atividade do contrato em geral e possam ser imputados ao contrato; e iii) outros custos que sejam especificamente debitáveis ao cliente nos termos do contrato.

No reconhecimento do rédito e dos gastos do contrato, é utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído. Este método proporciona informação útil sobre a extensão de atividade e desempenho do contrato durante um período.

O rédito do contrato é reconhecido na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho é executado.

A fase de acabamento de um contrato é determinada pela proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data, para os custos estimados totais do contrato.

O método da percentagem de acabamento é aplicado numa base acumulada em cada período contabilístico às estimativas correntes de rédito do contrato e custos do contrato.

Rédito (NCRF 20)

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, *royalties* e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos *royalties*, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a Empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos no próprio período na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática

como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exatável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (utilizando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e de outras dívidas de terceiros por forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do IVA a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

ii) Empréstimos

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo ou ao custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

v) Letras descontadas e contas a receber cedidas em "factoring"

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando são transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a empresa reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, registando no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*", a contrapartida monetária dos ativos cedidos.

Em conformidade, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring, à data do balanço, com exceção das operações de factoring sem recurso, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa, no passivo, na rubrica "*Financiamentos obtidos*".

vi) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a doze meses, são reconhecidos no ativo corrente, caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A Empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas, contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, transporte e outros bens gratuitos) referentes aos empregados correntes. Podem também incluir benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio.

As participações nos lucros e as gratificações são pagáveis dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respetivo serviço. A Empresa faz uma estimativa fiável da sua obrigação legal ou construtiva segundo um plano de participação nos lucros ou de gratificações nos termos do parágrafo 21 da NCRF 28.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes.

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as NCRF, a empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Caixa e Depósitos Bancários	31/12/2019	31/12/2018
Caixa:		
Numerário – Euro	630,85	2 039,45
Cheques transição - Euro	222 938,98	0,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	44 688,38	222 146,41
Depósito a prazo – Euro	430 500,00	1 180 500,00
Depósitos de retenção	75 360,17	121 681,72
Depósitos de garantia	20 676,17	60 409,19
Total	794 794,55	1 586 776,77

De acordo com os § 3 e 4 da NCRF 2, o caixa e seus equivalentes compreende o dinheiro em caixa, em depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

Assim, o total de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2019 ascende a 698.758,21 euros, representando um aumento de 44.072,35 euros.

Caixa e seus equivalentes	31-12-2019	31-12-2018
Caixa:		
Numerário – Euro	630,85	2.039,45
Cheques transição - Euro	222.938,98	0,00
Depósitos bancários:		
Depósito à ordem – Euro	44.688,38	222.146,41
Depósito a prazo – Euro	430.500,00	430.500,00
Total	698.758,21	654.685,86

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “*financiamentos obtidos*”, expressa no “*passivo corrente*” (euros).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros materiais relevantes nem efetuadas alterações de políticas contabilísticas, relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva.

6. Partes relacionadas

6.1. Remunerações do pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão):

a) Total de remunerações;

Remunerações da Administração	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo:		
Remuneração dos órgãos sociais	74 039,45	76 652,60
Total	74 039,45	76 652,60

O valor em questão, inclui ajudas de custo e deslocação em viatura própria.

6.2. Transações entre partes relacionadas.

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas;

A António Saraiva & Filhos, Lda detém participação direta em duas sociedades, 3 Vias – Engenharia e Construção, Lda e Codal – Engenharia a Construção, Lda. Pela estrutura acionista e pelo valor da participação estas são consideradas como associadas.

No entanto e tendo em conta a estrutura acionista da empresa, podemos afirmar que estes detêm uma posição relevante nas empresas PDM, Construção Civil, Lda e Tecnegi – Instalações Especiais, Unipessoal, Lda.

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia dos saldos;

Empresa / Saldos Pendentes	Clientes	Fornecedores	Financiamentos concedidos	Outros
Associadas:				
3 Vias – Engenharia e Construção Lda	0,00	0,00	0,00	0,00
CODAL, Lda	1 748 973,62	0,00	321 000,00	150 245,04
Outras empresas:				
PDM, Lda	70 991,11	4 000,00	0,00	9 751,46
Tecnegi, Lda	0,00	301 357,78	0,00	0,00
Total	1 819 964,73	305 357,78	321 000,00	159 996,50

ii) Quantia das transações;

Empresa / Transações	Vendas de Bens	Prestação de Serviços	Compra de Bens (FSE)	Diferenças cambio	Outros	Compra de Bens (AFT)	Juros de suprimentos
Associadas:							
3 Vias – Engenharia e Construção Lda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CODAL, Lda	350,00	0,00	0,00	5.101,15	0,00	0,00	0,00
Outras empresas:							
PDM, Lda	2.406,50	46.109,34	70.014,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnegi, Lda	9.979,15	935,46	255.471,34	0,00	0,00	4.065,04	0,00
Total	12.735,65	47.044,80	325.485,47	5.101,15	0,00	4.065,04	0,00

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

A mensuração dos ativos fixos tangíveis foi efetuada ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados;

O método de depreciação usado foi o das quotas constantes, por duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

A vida útil dos bens e as taxas de depreciação são definidas e aplicadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração à sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso
Quantia escriturada bruta:							
Saldo inicial (01/01/2019)	399 097,74	621 080,69	6 299 033,61	1 896 420,03	239 169,05	11 999,85	0,00
Adições	0,00	27 730,53	283 740,25	60 634,14	5 970,39	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	176 749,82	30 108,27	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	399 097,74	648 811,22	6 406 024,04	1 926 945,90	245 139,44	11 999,85	0,00
Depreciações acumuladas:							
Saldo inicial (01/01/2019)	0,00	274 719,99	5 066 845,93	1 384 198,33	230 996,10	8 981,20	0,00
Adições	0,00	14 630,48	208 310,42	86 557,71	4 620,26	205,14	0,00
Alienações	0,00	0,00	171 857,39	30 108,27	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	289 350,47	5 103 298,96	1 440 647,77	235 616,36	9 186,34	0,00
Total líquido	399 097,74	359 460,75	1 302 725,08	486 298,13	9 523,08	2 813,51	0,00

- e) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.**

As adições de ativos fixos tangíveis estão divididas por adquiridas em estado novo no valor de 255.574,90 euros e 122.500,41 euros em estado usado. Todas as aquisições foram efetuadas no território Nacional.

- f) **Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.**

Foram adquiridos 119.000,00 euros de equipamento básico e 32.869,10 euros de equipamento de transporte com recurso ao leasing. Todos estes equipamentos têm reserva de propriedade para com as instituições financeiras onde foram efetuados os respetivos contratos.

7.2. **Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de cada um dos seguintes itens do ativo fixo tangível no decurso da sua construção.**

No ano 2019 procedeu-se à construção de muros na pedreira, tendo sido contabilizado como trabalhos da própria empresa no presente ano o valor de 14.730,53 euros.

Pela utilização deste ativo, registou-se um acréscimo de 14.730,53 euros na rubrica de Edifícios e outras construções.

7.3. **Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.**

À data de 31 de dezembro de 2019 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.

8. **Locações**

8.1. **- Locações financeiras - locatários:**

- a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo;**

Descrição	Valor de aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido em 31/12/2019
Maquinaria	504 550,00	38 555,00	190 225,00	195 325,00
Viaturas	540 205,21	77 435,58	155 255,41	503 949,80
Total	1 044 755,21	115 990,58	345 480,41	699 274,80

Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Descrição	Valor em dívida em 31/12/2019	Pagamentos mínimos até 1 ano	Pagamentos mínimos > 1 ano < 5 anos	Pagamentos mínimos a > 5 anos
Maquinaria	91.145,42	28.341,70	62.803,72	0,00
Viaturas	282.247,43	112.847,05	169.400,38	0,00
Total	373.392,85	141.188,75	232.204,10	0,00

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticadas nestes financiamentos.

Em 31 de Dezembro de 2019, as responsabilidades refletidas no balanço da empresa relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2020): 141.188,75 euros

Passivo não corrente (ano 2021 e seguintes): 232.204,10 euros

9. Propriedades de investimento

9.1. - Modelo aplicado (justo valor ou custo).

O modelo aplicado para as propriedades de investimento é o de custo de aquisição.

9.2. - Caso a entidade aplique o modelo do custo:

9.3. Métodos de depreciação usados;

Não foram calculadas quaisquer depreciações.

9.4. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Os valores em propriedades de investimento a 31 de dezembro 2019 são os seguintes:

Descrição	Terrenos	Adiantamento p/ conta investimentos	Total
Quantia escriturada bruta:			
Saldo inicial (01/01/2019)	94 772,89	76 087,76	170 860,65
Adições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00
Valores brutos totais	94 772,89	76 087,76	170 860,65
Depreciações acumuladas:			
Adições	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas totais	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial (01/01/2019)	0,00	76 087,76	76 087,76
Adições	0,00	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	76 087,76	76 087,76
Total líquido	94 772,89	0,00	94 772,89

10. - Imparidade de ativos

10.1. - Para cada classe de ativos:

No ano em análise não foram constituídas imparidades em ativos. Os valores registrados nas contas de imparidades resultam dos anos anteriores, como se pode observar nos quadros em baixo.

Descrição	Saldo inicial	Constituição / Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Imparidade de investimentos não depreciáveis	76.087,76	0,00	0,00	0,00	76.087,76
Total	76.087,76	0,00	0,00	0,00	76.087,76

Descrição	Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Total
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis:				
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	76.087,76	0,00	0,00	76.087,76
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	76.087,76	0,00	0,00	76.087,76
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis:				
Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidas diretamente no cap. próp.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

11. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

11.1. - Para os investimentos em associadas:

A António Saraiva & Filhos, Lda participa na Codal – Engenharia e Construção, Lda, empresa de direito Moçambicano, com sede na Av. Mártires da Machava, Nº 500 em Maputo e na empresa 3 Vias, empresa de direito Angolano.

A António Saraiva & Filhos, Lda aplica o método da equivalência patrimonial relativamente à participação na Codal.

A empresa Codal, Lda encerrou o seu período contabilístico a 31 de dezembro 2019.

Descrição	% interesse	Ativo	Capitais próprios	Resultados
Associada:				
CODAL - Engenharia e Construção, Lda	66%	2.155.864,04	-706.844,55	116.684,18
Total		2.155.864,04	-706.844,55	116.684,18

Relativamente à empresa 3 Vias, Lda devido à falta de informação do negócio e, estrategicamente, não ser uma prioridade e pelo facto de a empresa angolana não ter contas encerradas, o método usado é o do custo, em conformidade com a NCRF 13.

Em 2019 foram constituídas imparidades quer do valor da participação, quer do valor registado em empréstimos no valor de 65.717,42 euros, referentes à empresa 3 Vias, Lda.

12. Inventários

12.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

12.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

A desagregação dos inventários é a seguinte:

Inventários	31/12/2019	31/12/2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53 971,96	67 466,44
Produtos acabados e intermédios	924 220,51	531 853,35
Total	978 192,47	599 319,79

No final do ano procedeu-se à contagem física das matérias primas e ao apuramento do volume dos produtos acabados. Este volume foi convertido em toneladas utilizando os pesos específicos de conversão dos materiais.

12.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período.

A desagregação dos gastos no período é a seguinte:

Gastos no período	31/12/2019	31/12/2018
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2 825 562,65)	(2 183 916,77)
Variação nos inventários da produção	392 367,16	211 533,85

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo. Os produtos acabados e os trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

13. Contratos de construção

13.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período.

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações no trabalho, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2019, o valor dos réditos reconhecidos no período eram como se segue:

2019	Rédito total previsto	Rédito anos anteriores	Rédito do período
Total	35 570 281,22	341 127,10	10 316 890,54

13.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período.

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

13.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso.

O método usado para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso é o método de percentagem do acabamento. De acordo com este método, o rédito contratual é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento, resultando no relato de rédito, gastos e lucros que possam ser atribuíveis à proporção de trabalho concluído.

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. O método utilizado para determinar a fase de acabamento tem em conta a proporção em que os custos do contrato incorrido no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;

13.4. Para os contratos em curso à data do balanço:

À data de 31 dezembro 2019, estavam em curso os seguintes contratos:

Obra / Contrato	Rédito total previsto	Custos incorridos acumulados	a crescer	a diminuir	Réditos acumulados	Média % Acabamento
TOTAL	35 570 281,22	6 991 369,45	3 065 292,52	-11 407,21	10 669 424,85	29%

Foi recebido a título de adiantamento o montante de 105.000,00 euros do cliente D-Log, Lda, cujo contrato ascende ao montante de 1.070.000,00 euros.

14. – Rédito

14.1. - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) **Vendas** – são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios econ micos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;

b) **Prestação de serviços** – são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços   data do balanço;

c) **Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) **Royalties** – são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;

e) **Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o pagamento.

14.2. - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Venda de bens	202 011,96	247 754,23
Prestações de serviços	12 886 355,37	12 917 841,29
Total	13 088 367,33	13 165 595,52

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Venda de bens:		
Mercado interno	202 011,96	245 596,23
Mercado comunitário	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	2 158,00
Prestações de serviços:		
Mercado interno	12 886 355,37	12 915 771,29
Mercado comunitário	0,00	0,00
Outros mercado	0,00	2 070,00
Total	13 088 367,33	13 165 595,52

15. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

15.1. Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com estágios profissionais foram contabilizados como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas / contratos são realizados e os respetivos custos incorridos, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

15.2. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.

A empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31/12/2019			31/12/2018		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração resultados
Estágios profissionais / Estimulo	Não reembolsável	0,00	0,00	12 421,11	0,00	0,00	1 248,52
Total		0,00	0,00	12 421,11	0,00	0,00	1 248,52

15.3. - As evidências que permitam concluir que a entidade cumpriu ou irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio e que este será recebido e as condições ainda não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio das entidades públicas que foram reconhecidas.

O valor dos subsídios diz respeito à comparticipação do IEPF ao abrigo do programa de estágios profissionais. O contrato que está a ser apoiado está em curso a 31 de dezembro de 2019 e à data deste relatório continua em curso.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

16.1. - Quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados (com exceção das resultantes de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados).

As transações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional, pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

Moeda	Cotação 31/12/2019
Metical (Moçambique)	68,4
Dolares (USD)	1,12210

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Diferenças de câmbio favoráveis:		
Outros rendimentos e ganhos – operacionais	5 101,15	9 574,79
Outros rendimentos e ganhos – de investimento	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
Outros gastos e perdas – operacionais	0,00	0,00
Outros gastos e perdas – de investimento	0,00	0,00
Total	5 101,15	9 574,79

17. - Acontecimentos após a data do balanço

No início do ano de 2020 surgiu a nível mundial uma epidemia provocada pelo coronavírus, tendo o surto do Covid-19 sido classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020.

Em consequência, em Portugal foi declarado o Estado de Emergência a 18 de março de 2020. Este surto tem impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para empresas e entidades. Até ao momento a nossa atividade não sofreu constrangimentos significativos, muito menos que ponham em causa a continuidade da mesma.

17.1. - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 30 de abril 2020. Após esta data ninguém dispõem de autorização para efetuar alterações sobre as mesmas.

17.2. - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço: Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

18. Impostos sobre o rendimento

18.1. Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as declarações respetivas poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo exatável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

18.1.1. Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos correntes	18 673,61	12 949,14
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de anos anteriores	0	0
Impostos diferidos:		
Origem	0	0
Reversão de diferenças temporárias	15 343,96	22 433,46
Alteração nas taxas de tributação	0	0
Lançamento de novos impostos	-38 953,25	-87 193,03
Imposto sobre o rendimento do período	-4 935,68	-51 810,43

18.1.2. Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Relativamente à reversão, temos 15.343,96 euros que dizem respeito à utilização do benefício fiscal (RFAI) de 2015.

O valor de 38.953,25 euros, de lançamento de novos impostos, diz respeito a novos impostos diferidos por crédito de imposto não utilizado no âmbito do RFAI.

18.1.3. Quantia de benefícios provenientes de um prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior usada para reduzir gasto de impostos correntes;

Relativamente a prejuízos fiscais, não existiu em 2019 nenhuma utilização de prejuízos fiscais uma vez que o montante já se encontra totalmente utilizado em anos anteriores.

18.2. Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s)

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultados antes de impostos	159 979,30	163 226,98
Diferenças permanentes	-7 774,96	-15 670,55
Resultado após diferenças permanentes (lucro tributável)	152 204,34	147 556,43
Taxa de imposto *	21% / 12,5%	21% / 12,5%
Imposto do exercício	30 687,91	14 556,81
Tributações autónomas	9 479,58	7 834,37
RFAI / SFEI / DLRR	-23 015,93	-10 917,61
Derrama	1 522,04	1 465,56
Imposto diferido de diferenças temporárias	-23 609,29	-64 759,58
Total do imposto do período	-4 935,68	-51 810,43
Taxa efetiva de imposto	-3,09%	-31,74%

A taxa efetiva de imposto resulta do gasto/rendimento de impostos dividido pelo lucro contabilístico.

A taxa a aplicar aos primeiros 15.000€ é de 12,5%, sendo ao restante valor aplicável a taxa de 21%.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 22% (21% de taxa de IRC + 1,0% de taxa de Derrama).

18.3. Explicação de alterações na taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

A taxa efetiva de imposto, tal como em 2018 revela-se negativa, fruto do valor de impostos diferidos resultantes do valor dos benefícios fiscais (RFAI) que não puderam ser utilizados na sua totalidade.

18.4. - Quantia (e a data de extinção, se houver) de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais não usados, e créditos por impostos não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos foi reconhecido no balanço.

A empresa em 2018 utilizou 72.166,85 euros de prejuízos fiscais do ano de 2016. Foram utilizados todos os valores que ainda restavam por utilizar.

18.5. - Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de prejuízos por impostos não usados e créditos por impostos não usados:

a) Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, no período de 2019, foram como se segue:

Descrição	31/12/2019	Variação	31/12/2018
Ativos por impostos diferidos:			
Perdas esperadas em contratos de construção		0,00	
Prejuízos fiscais	0,00	0,00	0,00
RFAI (parte do benefício para anos seguintes)	245 965,61	23 609,29	222 356,32
Metodo Equivalencia Patrimonial	32 113,63	0,00	32 113,63
Total	278 079,24	23 609,29	254 469,95
Passivos por impostos diferidos:			
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Metodo Equivalencia Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2019 pode ser detalhado como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Imposto estimado para o período	30 687,91	14 556,81
RFAI / DLRR	(23 015,93)	(10 917,61)
Tributações autónomas	9 479,58	7 834,37
Derrama	1 522,04	1 475,57
Imposto diferido	(23 609,28)	(64 759,57)
Total do imposto sobre o rendimento do período	(4 935,68)	(51 810,43)

19. Instrumentos financeiros Políticas contabilísticas

19.1. Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros

É política da empresa reconhecer um ativo financeiro, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio, apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, em que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

19.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos detidos para negociação	473,74	536,11
Total	473,74	536,11

Os ativos financeiros detidos para negociação dizem respeito a 2336 ações do Millennium BCP, à cotação de 31 de dezembro de 2019 de 0,2028 euros cada, registadas ao justo valor. No exercício de 2019 foram registadas perdas de justo valor de 62,37 euros.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Não correntes:		
Participações financeiras	0,00	2 056,36
Outros ativos financeiros	388 044,42	469 307,81
Total	388 044,42	471 364,17
Correntes:		
Cientes c/c	3 764 505,39	3 444 757,69
Cientes títulos a receber	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00
Retenções de clientes	480 235,72	847 129,15
Adiantamentos a fornecedores	7 748,98	0,00
Outros créditos a receber	3 250 271,83	2 228 772,98
Total	7 502 761,92	6 520 659,82
Total Geral	7 890 806,34	6 992 023,99

A variação mais significativa registada nos ativos não correntes dizem respeito à constituição de imparidades relativamente à participação e empréstimos à empresa 3 Vias – Engenharia e Construção, Lda, conforme evidência o mapa seguinte.

Descrição	Inv. Associadas (MEP)	Inv. Associadas (outros metodos)	FCT	Outros Invest.	Total
Quantia escriturada bruta:					
Saldo inicial (01/01/2019)	321.000,00	65.717,42	8.556,75	76.090,00	471.364,17
Adições	0,00	0,00	5.511,25	3.000,00	8.511,25
Abates	0,00	0,00	663,58	25.450,00	26.113,58
Valores brutos totais	321.000,00	65.717,42	13.404,42	53.640,00	453.761,84
Perdas por imparidade					
Constituição	0,00	65.717,42	0,00	0,00	65.717,42
Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade acumuladas totais	0,00	65.717,42	0,00	0,00	65.717,42
Total líquido	321.000,00	0,00	13.404,42	53.640,00	388.044,42

De notar a variação positiva da conta corrente de clientes no montante 319.747,70 euros e uma variação negativa a nível das retenções de clientes no valor de 366.893,43 euros. Também de realçar o aumento no valor dos outros créditos a receber no montante de 1.021.498,85 euros, resultantes essencialmente da aplicação do método da percentagem de acabamento, nas obras em curso.

c) Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo menos imparidade;

Foi constituída imparidade em investimentos financeiros relativamente à participação na empresa 3 Vias – Engenharia e Construção, Lda no valor de 2.056,36 euros e ao empréstimo concedido à mesma empresa no valor de 63.661,06 euros.

Descrição	Custo	Capital Próprio	Imparidade acumulado
Em investimentos financeiros - 3 Vias	0,00	65.717,42	65.717,42
Total	0,00	65.717,42	65.717,42

d) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Não correntes:		
Provisões	15 970,93	0
Financiamentos obtidos	1 611 822,07	1 420 776,20
Total	1 627 793,00	1 420 776,20
Correntes:		
Fornecedores	2 836 075,15	3 233 327,04
Adiantamento de clientes	105 000,00	0,00
Retenções a fornecedores	275 179,78	220 401,32
Financiamentos obtidos	3 684 635,57	3 028 163,82
Outras dividas a pagar	451 146,20	352 356,62
Total	7 352 036,70	6 834 248,80
Total	8 979 829,70	8 255 025,00

A totalidade dos passivos financeiros apresenta um aumento global de 724.804,70 euros. Os passivos correntes apresentam um aumento de 517.787,90 euros, enquanto os passivos não correntes apresentam um aumento de 207.016,80 euros.

O maior aumento verifica-se na rubrica de financiamentos obtidos correntes, com um aumento de 656.471,75 euros. A rubrica de fornecedores teve uma diminuição significativa relativamente ao ano anterior no montante de 397.251,89 euros.

A rubrica outras dividas a pagar inclui o valor de 113.840,05 euros de remuneração a pagar ao pessoal, integralmente liquidadas em janeiro 2020. A mesma rubrica inclui ainda o valor de 241.285,37 euros de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias a gozar durante o ano 2020).

e) A totalidade das obrigações com financiamentos obtidos classifica-se como se segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos bancários	2 329 603,88	1 847 192,15
Locações financeiras	373 392,55	387 073,60
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00
Contas de confirming	2 593 461,21	2 214 674,27
Contas de factoring	0,00	0,00
Incentivos reembolsáveis	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00
Total	5 296 457,64	4 448 940,02

Globalmente, o valor dos financiamentos registou um aumento de 847.517,62 euros. À exceção dos leasings, todas as demais rubricas sofreram um aumento.

A repartição temporal dos financiamentos é a seguinte:

Segregação Temporal	31-12-2019		31-12-2018	
	Corrente	N/ Corrente	Corrente	N/ Corrente
Empréstimos bancários	949.985,91	1.379.617,97	679.716,63	1.167.475,52
Locações financeiras	141.188,45	232.204,10	133.772,92	253.300,68
Contas correntes caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Letras e livranças	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas de confirming	2.593.461,21	0,00	2.214.674,27	0,00
Contas de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de financiamentos obtidos	3.684.635,57	1.611.822,07	3.028.163,82	1.420.776,20

f) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente:

Descrição	Custo	Imparidade acumulado
Créditos sobre clientes	93 883,69	1 005 434,08
Total	93 883,69	1 005 434,08

As imparidades consideradas a 31 de dezembro de 2019 devem-se a evidências objetivas de dificuldades financeiras dos respetivos devedores, a quebras contratuais, como sejam o incumprimento no pagamento, e empresas com processos de insolvência.

As imparidades acumuladas sobre créditos de clientes no global sofreram um aumento de 93.883,69 euros, comparativamente a dezembro 2018.

g) Ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito de retenção	75 360,17	121 681,72
Depósito de garantia	20 676,17	60 409,19
Total	96 036,34	182 090,91

Os depósitos acima referidos destinam-se a garantir a boa execução de obras. Em 2019 registou-se uma diminuição no valor de 86.054,57 euros, comparativamente com o ano anterior.

h) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de ativos e passivos financeiros

Descrição	Ganhos líquidos	Perdas líquidas
Ativos financeiros mensurados ao justo valor	0,00	62,37
Total	0,00	62,37

As perdas apresentadas dizem respeito a ações do MillenniumBCP detidas pela empresa, para negociação.

i) Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos de juros para ativos financeiros:		
Juros obtidos	1 715,78	358,12
Outros rendimentos	346,20	4 762,47
Total	2 061,98	5 120,59
Gastos de juros para passivos financeiros:		
Juros suportados	127 027,27	118 498,29
Outros gastos de financiamento	126 968,04	118 204,69
Total	253 995,31	236 702,98

Em 2019, o valor obtido em descontos pela utilização dos confirmings foi superior aos valores obtidos nas aplicações de excedentes de tesouraria, fruto das baixas taxas de juro praticadas pelas instituições financeiras nos depósitos a prazo.

No lado dos gastos, assistiu-se a um aumento, no total de 17.292,33 euros, muito por conta do aumento de juros de empréstimos bancários e do aumento de juros de confirmings.

j) Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social da empresa é 615.000 euros, encontra-se integralmente realizado.

20. Benefícios dos empregados

20.1. Número médio de empregados durante o período, ventilado por categorias, e os gastos de pessoal relativos ao período, repartidos entre salários e vencimentos, encargos sociais e encargos com pensões.

Os gastos com o pessoal no período em apreciação têm a decomposição seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações dos órgãos sociais	74 039,45	76 652,60
Remunerações do pessoal	1 718 109,62	1 545 043,52
Encargos sobre remunerações	359 900,39	323 855,33
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	72 579,10	54 701,47
Outros gastos com o pessoal	7 780,95	15 192,26
Total	2 232 409,51	2 015 445,18

Apesar de uma ligeira diminuição no volume de negócios, também o ano 2019 registou um aumento dos custos com pessoal. Após o ano 2018, com um aumento de 17,8% nos custos com pessoal, o ano 2019 apresenta um aumento de 10,8%.

Em termos absolutos, em dezembro 2019 a empresa registava 136 trabalhadores, o que representa mais dezassete trabalhadores que em dezembro 2018. No entanto, em termos médios o ano 2019 registou uma média de 126 trabalhadores, enquanto em 2018 registou uma média de 121 trabalhadores, que representa um aumento médio de 5 trabalhadores.

Em termos de evolução mensal, o segundo semestre do ano regista um número mais elevado de trabalhadores, contrastando com os primeiros meses do ano.

21. Outras informações

21.1. A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

Nos termos da alínea f) do nº.5 do artº.66 e dos artigos 218º e 295º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido de 164.914,98 euros (cento e sessenta e quatro mil novecentos e catorze euros e noventa e oito cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Aplicação de resultados	31/12/2019	31/12/2018
Para reserva legal	0,00	0,00
Para reservas livres	0,00	0,00
Para reserva especial (DLRR)	76 719,80	36 392,03
Para resultados transitados	88 195,18	178 645,38
Total	164 914,98	215 037,41

21.2. Outras divulgações (divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

21.2.1. Estado e outros entes públicos

Os detalhes da rubrica de EOEP (ativo e passivo) em 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

EOEP – Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre o valor acrescentado	296 608,96	9 815,12
Imposto sobre rendimento (IRC)	27 131,74	22 529,05
Outros	927,85	927,85
Total	324 668,55	33 272,02

O saldo do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) diz respeito a valor de IVA a recuperar no montante de 58.608,96 euros e reembolsos pedidos de IVA no valor de 238.000,00 euros.

O valor da Coleta de IRC + derrama + tributações autónomas, que totaliza em 2019 41.689,54 euros, deduzida do crédito de imposto ao investimento no âmbito do RFAI (15.343,96 euros), da dedução por lucros retidos e reinvestidos DLRR (7.671,98 euros), dos pagamentos especiais por conta efetuados de 2016 e 2018 (31.784,26 euros, utilizados em 2019: 7.671,98 euros), dos pagamentos por conta efetuados em 2019 (13.779,00 euros) e das retenções na fonte (242,09 euros) dá um valor a recuperar 3.019,46 euros. O valor de pagamentos especiais por conta a deduzir em períodos futuros é de 24.112,28 euros.

EOEP – Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre rendimento (IRC)	0,00	0,00
Retenção de imposto sobre o rendimento (IRS)	25 585,36	17 305,23
Contribuições para a Segurança Social e outros Organismos	76 734,93	63 996,02
Total	102 320,29	81 301,25

O valor a pagar ao Estado e outros entes públicos diz respeito a IRS retido (25.585,36 euros), quotizações e contribuições a pagar à Segurança Social (76.149,53 euros) e Fundo de compensação de trabalho (585,40 euros).

21.3. - Diferimentos

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Gastos a reconhecer	26 279,81	31 375,82
Rendimentos a reconhecer	1 608,90	0,06

Os gastos a reconhecer dizem respeito a seguros liquidados no ano corrente, mas que são gastos do ano seguinte.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a subsídios do IEFP recebidos no ano corrente, mas que são rendimentos do ano seguinte.

21.4. - Garantias prestadas

A empresa tem um valor de garantias bancárias prestadas em 31-12-2019 de 7.114.051,61 euros, que se repartem da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Garantias de boa execução obra (de clientes)	6.601.614,79	8.126.946,71
Garantias bancárias (financeiras)	493.332,28	649.009,64
Outras garantias	19.104,54	62.469,12
Total	7.114.051,61	8.838.425,47

Após o aumento em 2018, comparativamente com 2017 de 1.223.208,43 euros, o ano 2019 registou uma diminuição de 1.724.373,86 euros, relativamente ao mesmo período de 2018.

21.5. - Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Variação	%
Subcontratos	5 392 989,24	6 404 374,71	-1 011 385,47	-15,79%
Trabalhos especializados	228 383,41	365 361,45	-136 978,04	-37,49%
Publicidade e propaganda	3 618,08	2 631,99	986,09	37,47%
Vigilância e segurança	1 344,59	7 222,27	-5 877,68	-81,38%
Honorários	5 805,50	263,40	5 542,10	2104,06%
Conservação e reparação	382 781,86	358 404,10	24 377,76	6,80%
Outros fornecimentos	36 633,08	34 198,66	2 434,42	7,12%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	120 772,25	108 491,29	12 280,96	11,32%
Livros e documentação técnica	1 499,56	7 362,17	-5 862,61	-79,63%
Material de escritório	7 587,62	8 846,81	-1 259,19	-14,23%
Artigos para oferta	6 896,50	4 149,55	2 746,95	66,20%
Electricidade	66 009,15	64 283,56	1 725,59	2,68%
Combustíveis	750 406,13	593 729,77	156 676,36	26,39%
Água	5 738,23	5 817,27	-79,04	-1,36%
Outros fluidos	19 738,11	18 928,05	810,06	4,28%
Deslocações e estadas	196 835,77	159 608,83	37 226,94	23,32%
Transportes	59 421,87	39 803,78	19 618,09	49,29%
Portagens	56 653,27	46 046,52	10 606,75	23,03%
Rendas e alugueres	130 487,11	89 370,24	41 116,87	46,01%
Comunicação	16 525,55	15 296,63	1 228,92	8,03%
Seguros	97 143,90	87 780,86	9 363,04	10,67%
Contencioso e notariado	1 028,60	81,65	946,95	1159,77%
Despesas de representação	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Limpeza, higiene e conforto	7 796,73	6 366,98	1 429,75	22,46%
Outros serviços	6 801,29	4 260,09	2 541,20	59,65%
	7 602 897,40	8 432 680,63	-829 783,23	-9,84%

Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram uma diminuição de 829.783,23 euros, que corresponde a uma percentagem de 9,84%.

A rubrica que mais contribui para esta diminuição foram os subcontratos, com uma diminuição de 1.011.385,47 euros (15,79%).

21.6. - Outros rendimentos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendimentos suplementares	14 671,24	25 515,02
Descontos pronto pagamento	480,24	8 722,06
Rendimentos e ganhos em diferenças de cambio	5 101,15	9 575,69
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	28 394,51	32 345,65
Outros rendimentos e ganhos	16 390,91	16 631,17
Total	65 038,05	92 789,59

O valor de rendimentos suplementares inclui 12.334,23 euros de cedência de gásóleo às empresas PDM, Lda e Tecnegi, Lda. O valor registado em rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros inclui 27.594,51 euros de alienação de ativos fixos tangíveis e 800,00 euros de venda de sucata.

21.7. - Outros gastos

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos	70 709,42	69 721,46
Descontos pronto pagamento	9,10	2 484,98
Em investimentos não financeiros	10,00	1 527,78
Outros gastos	5 185,53	155 333,44
Total	75 914,05	229 067,66

A rubrica de outros gastos apresenta uma diminuição de 150.147,91 euros relativamente ao período anterior. Esta diminuição é sobretudo explicada pelos valores registados em 2018 relativos a indemnizações pagas a donos de obra, pela não execução de obra.

21.8. - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital realizado	615 000,00	615 000,00
Reservas legais	190 648,42	154 256,39
Outras reservas	394 800,42	394 800,42
Resultados transitados	2 491 114,19	2 378 186,23
Resultado líquido do exercício	164 914,98	215 037,41
Total	3 856 478,01	3 757 280,45

A empresa no ano 2019 registou na rubrica de Resultados transitados o valor de 65.717,42 euros resultante de constituição de imparidades referente à participação na empresa 3 Vias – Engenharia e Construção, Lda.

21.9. - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos movimentos ocorridos nos exercícios de 2018 e 2019:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Método direto:		
(1) Fluxo de caixa das atividades operacionais	-699 422,79	1 613 718,06
(2) Fluxo de caixa das atividades de investimento	687 411,61	-861 368,81
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamento	56 083,53	-1 175 108,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)	44 072,35	-422 759,01
Efeitos das diferenças de cambio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	654 685,86	1 077 444,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período	698 758,21	654 685,86
Variação de caixa e seus equivalentes (saldo final – saldo inicial)	44 072,35	-422 759,01

A Demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, que dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos através dos registos contabilísticos da empresa.

Os valores de caixa e seus equivalentes apresentam valores excluindo depósitos retenção e depósitos garantia.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 30 de abril de 2020.

22. - Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

22.1. - O volume de negócios líquido discriminado por categorias de atividade e mercados geográficos, na medida em que essas categorias e mercados difiram entre si de forma considerável, tendo em conta as condições em que a venda de produtos e a prestação de serviços são organizadas.

As duas grandes atividades da empresa são as obras públicas que representam 98% do volume de negócios da empresa, e a exploração da pedreira que representa um volume de apenas 2% da faturação global da empresa.

O mapa em baixo detalha a divisão por tipo de atividade.

	Pedreira	Obras Publicas
Venda de bens:		
Mercado interno	202 011,96	0
Mercado comunitário	0,00	0
Outros mercado	0	0,00
Prest. de serviços:		
Mercado interno	0	12 886 355,37
Mercado comunitário	0	0
Outros mercado	0	0,00
Total	202 011,96	12 886 355,37

- 22.2. - Os honorários totais faturados durante o período por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais, e os honorários totais faturados por cada revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, a título de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria, ou indicação de que essa informação se encontra incluída nas notas do Anexo consolidado da sua empresa-mãe.**

Os honorários referentes a revisão legal de contas registados no ano 2019 foram de 8.190,00 euros.

Guarda, 30 de abril 2020

O Contabilista Certificado



O Gerente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CONSTRUÇÃO DA ETAR DE TOURO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2019 (que evidencia um total de 12.940.236,90 euros e um total de capital próprio de 3.856.478,01 euros, incluindo um resultado líquido de 164.914,98 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ANTÓNIO SARAIVA & FILHOS, LDA** em 31/12/2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o ponto "*Acontecimentos após encerramento do período*" do relatório de gestão e nota 17 do Anexo, que descreve os efeitos da pandemia do vírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e do estado de emergência declarado em Portugal no dia 18 do mesmo mês. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 40.000 € NÚMERO DE REGISTO: 201449410 SOC 156

SEDE
Edifício Alentejo II, Rua Alentejo Perfeito, 11.º 11 - 1.º D
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 202 300 | Fax: +351 211 454 014 | labiva@pma125.pt

DELEGACIÃO
Rua Souto Veloso, 11.º 21 - 2.º Esq. B
6300 - 716 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 978 | Fax: +351 271 225 449 | guarda@pma125.pt

1




Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | IMPT: 202 315 | CNRMA: 20161492 | CPCC: 125

SEDE:
Edifício Alentejo 8, Rua Abramo de Faria, n.º 10 - 2.º G.
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 217 454 114 | labou@cm125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2.º Esq. B
6300 - 750 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 449 | guard@cm125.pt

2



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 26 de maio de 2020

Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20161443

Representada por Fernando José Pêga Magro, ROC n.º 819

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000,00 | NIPC: 505.255.516 | CMVM: 20161443 | TOROC: 505

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Alexandre Ferreira, n.º 10 - 4.º G.
1400 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 211 255 300 | Fax: +351 211 454 214 | balcao@pmr.pt

DELSAÇÃO

Rua Sampaio Viegas, n.º 21 - 2.º Esq. B
6200 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 978 | Fax: +351 271 223 468 | guarda@pmr.pt

3